

Gramsci através das *Cartas**

Marcos Aurélio da Silva**

Resumo

Apresentação das *Cartas do Cárcere*, de Antônio Gramsci, destacando conceitos caros ao pensamento social do comunista sardo.

Palavras-chave: Antonio Gramsci; Cartas do Cárcere.

Gramsci through *Letters*

Abstract

Presentation of the *Letters of Prison*, of Antonio Gramsci, stressing concepts dear to the social thought of the communist sardo.

Key words: Antonio Gramsci; Letters of Prison.

Obra-prima por acaso. Assim Luiz Sérgio Henriques, tradutor e organizador desta edição brasileira das Cartas do Cárcere,¹ definiu, em alentada introdução, a epistolografia mantida por Antonio Gramsci nas prisões do fascismo italiano. De fato, relatos da tragédia pessoal do autor – inscrita já numa saúde

* Publicado originalmente no sítio www.gramsci.org (abril de 2009), aparece aqui com algumas modificações e acréscimos.

** Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da UFSC (maurelio@cfh.ufsc.br).

¹ Gramsci, A. **Cartas do Cárcere**. 2 v. Trad. Luiz S. Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

abalada desde o nascimento (tinha tuberculose óssea), ao qual o trabalho infantil, raro entre os grandes do marxismo, cobrara sua conta (“em muitas noites chorava escondido porque o corpo todo me doía”, p. 246, v.2), tanto quanto, anos mais tarde, a vida carcerária – , sempre imbricados ao tratamento dos mais importantes temas ético-políticos do século XX, faz desta uma demarcação mais que justa.

Trata-se de uma epistolografia de âmbito familiar, com destacada presença da cunhada russa Tatiana Schucht, ela mesma interlocutor constante e, a partir de fins de 1928, elo central, ao lado do amigo e economista Pieiro Sraffa, de sólida rede de apoio organizada pelo PCI para garantir as atividades intelectuais – e mesmo a vida material – do prisioneiro. Aliás, não por acaso este, que foi o mais criativo dos partidos comunistas do Ocidente, ocupou-se, no imediato pós Guerra, sob a liderança de Palmiro Togliatti, do lançamento de uma edição destas *Cartas* (1947) antes mesmo de qualquer outra obra assinada por Gramsci – fato revelador de sua importante função na introdução da riqueza conceitual forjada pelo comunista sardo, cuja versão mais acabada aparece nos *Cadernos do Cárcere*. Na verdade, talvez pudéssemos dizer que, mais que introduzir o pensamento dos *Cadernos*, cuja forma, nas palavras do organizador, é a de um “não-livro”, estamos diante de textos que permitem, em muitos pontos, ampliar a compreensão de diferentes conceitos, bem como das intrincadas relações que cada um deles tem entre si e com o mundo político de Gramsci. Vejamos.

Recorrente é a referência ao interesse pelo estudo da história dos intelectuais italianos, o que decorreu, entre outros, “do desejo de aprofundar o conceito de Estado” (p. 67, vol. 2), frequentemente “entendido como sociedade política (ou ditadura ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional,

exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc., p. 84, v. 2). E “é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais”, insiste com a cunhada Tatiana, destacando o exemplo de Benedetto Croce, “uma espécie de papa laico” e “um instrumento muito eficaz de hegemonia, ainda que vez por outra possa divergir deste ou daquele governo, etc.” (p. 84, v. 2). Seriam os intelectuais mediadores, mas não em qualquer tempo ou lugar, posto a dificuldade de se observar esta função onde “a pressão estatal e social é das mais mecânicas e exteriores” – “devido à ausência de uma mediação como a que, no Ocidente, foi oferecida pelos intelectuais a serviço do Estado...” (p. 169, v. 2). (Não por acaso, noutra carta, o mesmo interesse pelo estudo dos intelectuais aparece também como o interesse pela “formação do espírito público na Itália...” (p. 128, v.1).

Ora, é a atenção para estas diferenças, tantas vezes ausente em meios militantes – ainda que mesmo Lenin as tenha sugerido, como lembrou o próprio Gramsci nos *Cadernos*² –, que certamente explica as avaliações negativas feitas acerca das teses insurrecionais de um Jules Vallés, jornalista radical defensor da Comuna de Paris, dotado de “uma certa presunção superficial e *bohème* que causou tantos estragos, ainda causa e vai continuar a causar” (p. 419, v. 2) – entre eles, diga-se, a própria prisão de Gramsci, ele que havia, no III Congresso do PCI, de 1926, na cidade de Lyon, afirmado “peremptoriamente que, na Itália, não havia uma situação daquele tipo, que o trabalho a ser feito era o de ‘organização política’ e não de tentativas insurrecionais” (p. 114, v.2). Tratava-se já, nas palavras de Francisco F. Buey, de um Gramsci sob decisiva influência dos III e IV Congressos do Komintern – estando mesmo nosso sardo em Moscou por ocasião do último deles (1922), quando “pôde escutar um Lenin muito

² Gramsci, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 7 ed. Trad. Luiz M. Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p. 74.

pessimista sobre o futuro da revolução”.³ Era o tempo da *frente única* com os socialistas e outras forças democráticas, todavia abandonada pelo VI Congresso da Internacional Comunista (1928) que, já em direção a virada staliniana dos anos 30, adota a linha política de “classe contra classe” (os socialdemocratas eram agora socialfascistas) – não aprovada por Gramsci, conforme relatou o irmão Gennaro em visita ao cárcere no ano de 1930 (p. 428, v. 1).

O acima dito não serve, porém, para ter Gramsci entre revisionistas à Bernstein ou Sorel. Ele mesmo, em crítica a Croce – líder deste revisionismo, recordou a Tatiana –, destacou o equívoco de se pensar uma história unitária da Europa a partir apenas da restauração de 1815 – o momento ético-político, ou da hegemonia, como queria Croce: se “uma história da Europa pode ser escrita como formação de um bloco histórico, ela não pode excluir a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas, que são a premissa ‘econômico-jurídica’ do bloco histórico europeu, o momento da força e da luta” (p. 188, 194 e 197, v. 2).

E, ao argumento croceano de que o materialismo histórico (ou *filosofia da práxis*, na linguagem cifrada do cárcere) estaria despreparado para apreender o segundo momento, posto a estrutura aparecer ali “como um deus oculto”, Gramsci opõe que isso seria verdade se ele “fosse uma filosofia especulativa, e não um historicismo absoluto, liberado realmente, e não só em palavras, de todo resíduo transcendental e teológico” (p. 197, v. 2). Na verdade, para Gramsci – e pode-se dizer que afinado com seu tempo e espaço – tornou-se “até possível afirmar que o traço essencial da filosofia da práxis mais moderna consiste, precisamente, no conceito histórico-político de hegemonia” (p. 194, v. 2), e essa posição de Croce, tão “semelhante à dos homens do renascimento em relação à reforma luterana” (nas palavras de Erasmo, lembra Gramsci, “onde entra Lutero, desaparece a civilização”) (p. 457, v.

³ Henriques, L. S. Introdução. In: Gramsci, A. **Cartas do Cárcere**. 2 v. Trad. Luiz S. Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 43.

1), só pode ser compreendida, se se entender Croce como produto do transformismo italiano (p. 209, v. 2), outro dos férteis conceitos explorados nas *Cartas*. É que, nas condições da etapa hegemônica, “um pequeno grupo dirigente, com método, conseguiu absorver em seu círculo todo o pessoal político gerado pelos movimentos de massa, de origem subversiva”, marcando “um processo orgânico que substituíra, na formação da classe dirigente, o que na França tinha acontecido durante a Revolução e com Napoleão, e na Inglaterra com Cromwell” (p. 209, v. 2).

O tema da hegemonia aparece também no tratamento dado a Maquiavel. Seria ele “o teórico dos Estados nacionais regidos pela monarquia absoluta”, teorizando na Itália “o que na Inglaterra era energeticamente realizado por Isabel, na Espanha por Fernando, o Católico, na França por Luís XI e na Rússia por Ivã, o Terrível” (p. 207, v. 2). E indagava a Sraffa: Maquiavel “dizia em linguagem política o que os mercantilistas diziam em termos de política econômica?”; seria ele “o primeiro germe de uma concepção fisiocrática do Estado”? (no sentido de que o *laissez-faire laissez-passer* aí defendido concernia aos interesses da penetração do capitalismo no campo⁴) (p. 172-3, v. 2).

Embora exagerasse aqui quanto ao papel do mercantilismo para a transição capitalista, tese amplamente aceita na historiografia do início do século XX e que o debate marxista das décadas de 1950 e 1970 tratou de demonstrar os equívocos (Dobb, Hilton, Takahashi, Merrington, Brenner),⁵ é preciso não esquecer que o caso inglês, único em lograr uma transição no período referido por Gramsci, em tudo lembra, se se pensar nos mais recentes estudos da historiografia marxista, a idéia de revolução

⁴ Gramsci, A. (1989), op. cit., p. 18.

⁵ Hilton, R. et. al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5 ed. Trad. Isabel Didonet. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004; Aston, T. H. y Philpin, C. H. E. (eds.). **El debate Brenner**: estructura de clases agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial. Trad. Castellana I. Moll y P. Iradiel. Barcelona: Editorial Crítica, 1988.

passiva avançada sugerida nos *Cadernos*.⁶ (Veja-se a participação dos terratenentes, com origem nos ducados do século XII, ao lado dos novos comerciantes, em geral com origem nas províncias, e da nova classe de arrendatários capitalistas – *yeomanry* – que então se formava a partir da diferenciação social no interior do campesinato)⁷ Demais, vem a tempo notar que, se no debate marxista dos anos 1950, Sweezy se deixou enredar pela interpretação circucionista que o Marx de *O Capital* já havia criticado em Mommsen⁸ (crítica desenvolvida no estudo clássico de Dobb⁹), Gramsci não descuidava de assinalar, inspirado em obra do historiador Giuseppe Salvioli, que a tendência “de considerar ‘capitalista’ toda economia ‘monetária’”, estava assumindo, então, “proporções patológicas” (p. 396, v. 1).

Expressão da forma holística, cara ao marxismo, com que via as coisas mais prosaicas (“muitas coisas me interessam muito, ao mesmo tempo”, escreveu ao filho Giuliano) (p. 432, v. 2), os temas acima tratados reaparecem sob outros ângulos e diante de novas questões.

Vejam os o tema da escola e dos princípios pedagógicos. Ocupando-se da educação dos filhos em carta a esposa de dezembro de 1931, indaga sobre a introdução de nichos especializados na escola soviética, preocupado que “isto acelere artificialmente a orientação profissional e distorça as inclinações

⁶ Ver Werneck Vianna, L. O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci. In: **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 100.

⁷ Brenner, R. Las raíces agrárias del capitalismo europeo. In: Aston, T. H. y Philpin, C. H. E. (eds.), op. cit.; Brenner, R. **Merchants and Revolution: Commercial Change, Political Conflict, and London's Overseas Traders, 1550-1653**. London/New York: Verso, 2003, p.183.

⁸ Marx, K. Observações históricas sobre o capital mercantil. In: **O Capital**. Livro 3, v. 5. Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1985, p. 377.

⁹ Dobb, M. **A evolução do capitalismo**. 7. ed. Trad. Manuel do R. Braga. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.

das crianças, fazendo perder de vista o objetivo da escola única (introduzida em 1923 – *M. A. S.*) de conduzir as crianças a um desenvolvimento harmonioso de todas as atividades, até que a personalidade formada acentue as inclinações mais profundas e permanentes, porque nascida num nível mais alto de todas as forças vitais” (p. 134, v. 2).

Isto, de modo algum, equivale à concepção metafísica, cara às escolas modernas – do tipo esnobe, segundo assinalou nos *Cadernos*¹⁰ –, que pressupõe que “na criança está em potência todo o homem e é necessário ajudá-la a desenvolver o que já contém em estado latente”, entendimento válido quando esta escola “se contrapunha à escola jesuítica, isto é, quando negava uma filosofia ainda pior, mas hoje... igualmente superado” (p. 385-6, v. 1). Aliás, receoso da apologia aos métodos pedagógicos, insiste, com a cunhada Tatiana, que aqueles “mais fascinantes se tornam estéreis se falta o pessoal capaz de lhes dar vida em cada momento da vida escolar e extra-escolar”, e que “os melhores tipos de escola fracassaram em razão da deficiência dos professores” (p. 128, v. 2).

Claro está que o tema da escola e dos princípios pedagógicos se liga ao dos intelectuais, como também nos leva às questões de estética. É ainda a esposa Giulia que, preocupado com o interesse do filho Delio em ler *A cabana do pai Tomás* – livro que considerava “cheio de sentimentalidade quacre”, preferindo, por exemplo, as histórias de Mowgli, onde “onde circula uma energia moral e de vontade diametralmente oposta àquela do *Pai Tomás*” (p. 337, v. 2) –, insiste que ele deveria ter alguém para lhe dar “explicações de modo historicista, colocando no tempo e no espaço os sentimentos e a religiosidade das quais o livro está impregnado”. Contestava assim o fato de Giulia se colocar “na posição do subalterno e não do dirigente, isto é, de quem não é capaz de criticar historicamente as ideologias, dominando-as e

¹⁰ Gramsci, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9 ed. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 149.

justificando-as como uma necessidade histórica do passado”, no lugar de permanecer “sempre na esfera do sentimento e da paixão imediata”. Tratar-se-ia, enfim, de proceder uma catarse, “de modo que os sentimentos sejam revividos ‘artisticamente’ como beleza e não mais como paixão compartilhada e ainda ativa” (p. 360, v. 2).

Pergunte-se: não são estes os elementos que, num exemplo de sofisticação analítica – aliás frequentemente ausente no esquerdismo –, informam metodologicamente as análises estéticas de Gramsci? Basta ver a insistência que faz, referindo-se a um Tolstoi, ou mesmo Shakespeare, Goethe, Dante, na distinção entre “gozo estético e o juízo positivo de beleza artística – isto é, o estado de espírito de entusiasmo pela obra de arte como tal – do entusiasmo moral, isto é, da co-participação no mundo ideológico do artista...” (“Posso admirar esteticamente *Guerra e Paz*, de Tolstoi, e não partilhar a substância ideológica do livro...” p. 237, v. 2). Daí, pois, ter em Tchekcov, para muitos um indiferente, aquele que, “nas formas dadas por sua cultura”, “contribuiu para liquidar as classes médias, os intelectuais, os pequenos burgueses, como portadores da história russa e de seu futuro”, mostrando-os “tais como eram, mesquinhos, bolhas cheias de gases pútridos, fonte de comicidade e ridículo” (p. 401, v. 2).¹¹

O tema da escola e dos princípios pedagógicos está em contato também com o do fordismo. E aqui vale partir de suas referências ao brinquedo *meccano*. Numa carta de 1929 a Giulia, dizia não saber, por “privar a criança de seu espírito inventivo”, se seria este “o brinquedo moderno mais recomendável”, sendo ele a expressão da “cultura moderna (de tipo americano)”, que “torna o homem um pouco seco, maquinal, burocrático e cria uma

¹¹ “Tachado de indiferente, o que ocorre é que, em um ambiente saturado pelo debate ideológico, Tchekhov fez da indiferença um método crítico, uma estratégia literária para nos pôr em contato com as coisas tais como são”. Figueiredo, R. A ficção da indiferença. In: Tchekhov, A. **O assassinato e outras histórias**. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 9.

mentalidade abstrata ... determinada por uma intoxicação matemática” – valendo “observar as reações destes princípios pedagógicos no cérebro de um menino...” (p. 312, v. 1). No entanto, esta avaliação negativa do fordismo e tudo o mais que lhe acompanha (“Ford tem um corpo de inspetores que controlam a vida privada dos empregados e lhes impõem o regime de vida: também controlam a alimentação, o sono, o tamanho dos quartos, as horas de descanso”, ressaltou) (p. 448, v. 1), é também acompanhada de referências com sinal trocado. Na mesma carta em que se refere às mazelas do sistema de Ford, refere-se aos europeus como “muito *bohémien*”: “acreditamos que podemos fazer algum trabalho e viver como quisermos: naturalmente, o maquinismo nos tritura ... Somos excessivamente românticos, de modo absurdo e, por não quisermos ser pequenos-burgueses, caímos na forma mais típica de pequeno-burguesismo, que é precisamente a *bohème*”.

Igualmente, numa carta a mãe de 1932, pede que o sobrinho Franco “escreva sobre o seu *meccano* e as construções que consegue fazer”, dizendo ter certeza que o menino “se tornará um grande matemático e engenheiro” (p. 171, v. 2) (em 1928 já havia escrito que “o princípio do *Meccano* é certamente excelente para os meninos modernos”, p. 258, v. 1). Na verdade, talvez aqui, a exemplo do que fez na crítica à Croce, quando insistiu na imbricação de dois períodos históricos, Gramsci buscou uma síntese de múltiplas determinações. Assim o sugerem suas referências – aliás, lembrado os elementos da escola única – ao que deveria ser o homem moderno, “uma síntese daquelas características que são... hipostasiadas como características nacionais: o engenheiro americano, o filósofo alemão, o político francês, recriando, por assim dizer, o homem italiano do renascimento, o tipo moderno de Leonardo da Vinci transformado em homem-massa ou homem coletivo, ainda que mantendo sua forte personalidade e originalidade individual” (p. 225, v. 2).

Por fim, resta abordar as relações entre Gramsci e a Geografia. É de se notar que nosso sardo, desde menino, parece cultivar por esta disciplina, ao lado da disciplina da História, um vivo interesse. Assim o revelam suas cartas aos filhos, lembrando a Giuliano ter relido muitas vezes o livro *Os filhos do capitão Grant*, de Júlio Verne, o que o estimulava a consultar o Atlas geográfico e outros livros que “explicassem os costumes dos países por onde passava o paralelo 34° Sul” (p. 417, v.2). Escrevendo a Delio, insistia no seu amor pela história, “porque se refere aos homens vivos, e tudo que se refere aos homens, ao maior número possível de homens, a todos os homens do mundo enquanto se unem entre si em sociedade, trabalham, lutam e melhoram a si mesmos” (p. 429, v. 2). Aliás, não por acaso estas disciplinas, irmãs siamesas do marxismo, na linha que segue – por continuidades e descontinuidades – de Kant e Hegel,¹² foram as que Gramsci ensinou na escola de cultura geral organizada pelos comunistas no confinamento da ilha de Ustica, onde esteve brevemente entre 1926 e 1927 (p. 102, v. 1).

Certamente a relação entre Gramsci e a Geografia lembra mais o texto sobre a questão meridional, redigido de modo inacabado ainda antes da prisão.¹³ Todavia, o tema da absorção das poupanças do Sul pelo Norte através de vários mecanismos, central e muito conhecido, e mesmo a crítica às interpretações naturalistas dos problemas do Sul pouco aparece nas *Cartas*. Exceto, talvez, no que se refere ao primeiro deles, à breve referência ao boicote, no

¹² Ver Quaini, M. **Marxismo e Geografia**. 3 ed. Trad. Liliana L. Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; Pereira, R. M. F. do A. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989; Mamigonian, A. **Gênese e objeto da Geografia**. In: **Simpósio História da Ciência e Epistemologia**, Piracicaba: USP/UNIMEP, 1991.

¹³ Ver Gramsci, A. **Alguns temas da questão meridional**. In: **A questão meridional**. Trad. Carlos N. Coutinho e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ano de 1919, que o município de Turim fazia aos “cordeiros e cabritos sardos, em benefício dos coelhos piemonteses”, tema sobre o qual os comunistas de *L’Ordine Nuovo*, Gramsci entre eles, lograram desenvolver uma bem-sucedida campanha de esclarecimento junto a cerca de quatro mil pastores e camponeses sardos que então se encontravam em Turim para manter a ordem pública – os últimos integrantes da chamada Brigada Sassari, instrumento de repressão dos levantes operários na Turim de 1917 (p. 263, v. 1).¹⁴

O que acima dissemos não significa que mais Geografia no Gramsci das *Cartas* não exista. Diríamos que ela aparece, e por todos os lados, no tema das transições – este que fora um dos problemas maiores do materialismo histórico no tempo de Lenin, demarcado na categoria de formação social – para a qual tanto contribuiu o marxista russo –, e que os geógrafos passamos a chamar, a partir do artigo seminal de Milton Santos, de formação sócio-espacial.¹⁵

Com efeito, não seria o Lenin de *O programa agrário*, com suas distinções e analogias entre as vias prussiana e norte-americana,¹⁶ que lembra as caracterizações, presentes nas *Cartas*, do mundo oriental do *Mezzogiorno*, expressão regional do caminho prussiano seguido pela Itália? Assim é que, em trânsito, saindo da prisão na ilha de Ustica, relata o encontro com presos comuns “dos quatro Estados do submundo meridional (o Estado siciliano, o Estado calabrês, o Estado apuliense, o Estado napolitano)”, onde “todo um mundo subterrâneo, complicadíssimo, com uma vida própria de sentimentos, de pontos de vista, de pontos de honra, com hierarquias férreas e formidáveis, se revela sobre mim” (p. 141, v. 1). São estes, sem dúvida, os elementos que aparecem na

¹⁴ Id., p. 142 s.

¹⁵ Ver Santos, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

¹⁶ Lenin, V. I. **O programa agrário da social democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1954.

caracterização do Sul italiano n’*A questão meridional*, região sem “uma organização da cultura média”,¹⁷ marca indelével da transição italiana, repleta de continuidades, dada a presença dos grandes proprietários sulistas como “guardiões locais da exploração capitalista”.¹⁸

Mas o Gramsci das *Cartas* – como o dos *Cadernos*, diga-se¹⁹ – não é o Gramsci da transição bloqueada. Ao lado das referências a uma preservação das concepções “bourbonista” (alusão à monarquia dos Bourbons, bastião da reação siciliana durante o reformismo europeu), como o fez observando a corrupção no cumprimento do regulamento carcerário, “objeto de negociação entre guardas e detentos” (p. 444, v. 2), vê-se um Gramsci atento às rupturas.

Assim é que indaga à mãe se seu vilarejo natal, Ghilarza, a qual noutra carta já havia se referido como de orçamento muito pobre no passado (“porque seus habitantes eram proprietários no território dos povoados vizinhos e a estes pagavam a maior parte dos impostos locais” p. 163, v. 1), “com a nova situação administrativa que lhe foi dada e com a proximidade da bacia do Tirso, tende a se tornar uma cidade; se há mais comércio, algumas indústrias, se uma parte da população, das tradicionais ocupações rurais, passou a ocupações de outro tipo, se há um desenvolvimento nas construções ou se, ao contrário, só aumentou o número de pessoas que vivem de renda” (p. 367-8, v.1). Enfim, preocupações típicas da melhor tradição da geografia urbana de inspiração marxista: “Para que me entenda, direi que, em minha opinião, Oristano não é uma cidade e jamais será; é só um grande centro rural (relativamente grande), onde moram os proprietários

¹⁷ Assim diferenciando-se do Norte, onde até o clero, com origem social nos artesãos ou no campesinato, lembrando, aliás, o caminho americano assinalado por Lenin, “tem sentimentos democráticos”. Gramsci, A. 1987, p. 156 e 161.

¹⁸ Id., p. 143.

¹⁹ Werneck Vianna, L. (2004), op. cit.

de terra e dos pescueiros do território vizinho e onde existe um certo mercado de manufaturas para os camponeses que levam até lá suas mercadorias agrícolas. Ou seja, um centro de comerciantes e proprietários ociosos, de usurários, ainda não é uma cidade, porque não existe produção própria de nada que seja importante” (p. 368, v. 1).

Para os geógrafos, inspirar-se em Gramsci, todavia, não é reter apenas passagens geográficas assim tão evidentes. O campo a ser explorado é amplo e não deveria ignorar os vários interesses do comunista sardo, repleto de sugestões para a geografia cultural (literatura e as questões de estética), política (os intelectuais, Maquiavel), econômica e regional (A questão meridional, o *Risorgimento*), industrial (Fordismo), cada uma delas, evidentemente, uma vez inscritas no tema geral das transições, articuladas como totalidade. Aliás, cabe notar que os raciocínios analógicos, de algum modo presentes em Gramsci,²⁰ andam hoje um pouco aviltados entre os geógrafos²¹ – eles que, em certo sentido, aparecem já na gênese grega desta disciplina, bem como da disciplina da História – ambas com Heródoto –, como “uma espécie de auto-análise, de autocrítica” histórica e geográfica da vida social.²²

²⁰ “uma cabeça que costumava pensar analogicamente”, diz Henriques, L. S. Introdução, op. cit., p. 29.

²¹ A inspiração parece estar em Santos, M. **Por uma Geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008, p. 41-43; e Santos, M. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2008, p. 22.

²² Mamigonian, A. Tendências atuais da Geografia. In: **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 28, jul./dez. 1999, p.171; Ver também Mamigonian, A. Gênese e objeto da geografia: passado e presente. Op. cit. Certamente, lembrando-nos do artigo de Buttigieg (1998), **O método de Gramsci**, In: www.gramsci.org, podemos dizer que, se se trata de negar as analogias metodológicas com as ciências naturais, bem como, no lugar das generalizações, pôr relevo nas particularidades históricas, o método do comunista sardo e o da Geografia que aqui se faz referência não se encontram distantes. Mas, tendo estes

Referências bibliográficas

ASTON, T. H. y PHILPIN, C. H. E. (eds.). **El debate Brenner:** estructura de clases agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial. Trad. Castellana I. Moll y P. Iradiel. Barcelona: Editorial Crítica, 1988.

BRENNER, R. Las raíces agrárias del capitalismo europeu. In: ASTON, T. H. y PHILPIN, C. H. E. (eds.). *Op. cit.*

_____. **Merchants and Revolution:** Commercial Change, Political Conflit, and London`s Overseas Traders, 1550-1653. London/New York: Verso, 2003.

BUTTIGIEG, J. **O método de Gramsci.** In: www.gramsci.org, 1998.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo.** 7. ed. Trad. Manuel do R. Braga. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.

cuidados, não se compreende o motivo pelo qual o uso das analogias permaneceria absolutamente condenável. Bastaria entender, como em Gramsci, que as “generalizações e os conceitos não estão nunca completos ou acabados” (Buttigieg, 1998). Aliás, vale lembrar que M. Dobb, autor a quem Santos (1979) assinalou ter se dedicado à categoria de formação social, tratando dos processos de transição na Europa – processos, como dissemos, caros a esta categoria –, não teve pejo em destacar: “Quando deixamos de falar metafóricamente, não é fácil definir imediatamente o tipo de acontecimentos aos quais a expressão ‘revolução social’ geralmente pretende referir-se. Embora uma revolução social pareça conter a noção de descontinuidade, no sentido de uma mudança abrupta de direção, esta perde seu significado simples quando deixamos de exprimi-la em termos de analogias espaciais.” (Op. cit., p. 22.) Demais, há que não esquecer, como demonstrado em Losurdo (2006) e Kessler (2008), que o método do marxismo – e, sabemos, também de uma geografia tributária do materialismo histórico (Santos, 1982, p. 132) – não é o de um mecânico empirismo.

SILVA, M.A. da. Gramsci através das *Cartas*.

FIGUEIREDO, R. A ficção da indiferença. In: TCHEKHOV, A. **O assassinato e outras histórias**. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 7 ed. Trad. Luiz M. Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9 ed. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. Alguns temas da questão meridional. In: **A questão meridional**. Trad. Carlos N. Coutinho e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Cartas do Cárcere**. 2 v. Trad. Luiz S. Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HILTON, R. et. al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5 ed. Trad. Isabel Didonnet. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004.

KESSLER, J. Prefácio. In: MARX, K. **A Miséria da Filosofia**. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2008.

LENIN, V. I. **O programa agrário da social democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1954.

LOSURDO, D. **Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”**. Trad. Teresa Ottoni; revisão da trad. Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MAMIGONIAN, A. Gênese e objeto da Geografia. In: **Simpósio História da Ciência e Epistemologia**, Piracicaba: USP/UNIMEP, 1991.

SILVA, M.A. da. Gramsci através das *Cartas*.

_____. Tendências atuais da Geografia. In: **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 28, jul./dez. 1999.

MARX, K. Observações históricas sobre o capital mercantil. In: **O Capital**. Livro 3, v. 5. Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1985.

PEREIRA, R. M. F. do A. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. 3 ed. Trad. Liliana L. Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. Alguns problemas atuais da contribuição marxista à geografia. In: **Novos rumos da geografia brasileira**. Santos, M. (org.). São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Por uma Geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

WERNECK VIANNA, L. O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci. In: **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

Recebido em agosto de 2009
Aceito em setembro de 2010